

**UM DEBATE ACERCA DA DIALÉTICA CAMPO-CIDADE NO BRASIL:
MODO DE VIDA, URBANIZAÇÃO E VIDA COTIDIANA.**

Autor: Kauê Avanzi

Filiação institucional: FFLCH-USP

E-mail:kaue.avanzi@usp.br

RESUMO:

Este texto pretende expor algumas fissuras e possibilidades encontradas na cidade e no urbano, buscando compreender a cisão campo e cidade sob o ponto de vista da habitação, mobilidade do trabalho e do cotidiano, observando-os como fenômenos sociais que atravessam e destroem a concepção dualista urbano-agrário. Neste contexto, devido ao desenvolvimento das forças produtivas no campo apoiado pelo rentismo como forma preferencial de uso da terra, comunidades marginalizadas reconfiguram seu modo de vida e deslocam-se em busca de alternativas de sobrevivência, inserindo-se a um ritmo e a uma cotidianidade que lhe são estranhas (LEFEBVRE, 2004).

Penso isso à partir das comunidades do campo e da floresta no litoral paranaense, especialmente as comunidades caiçaras, que ali vivem em seus embates espaciais com o complexo portuário de Paranaguá. A contradição rural-urbano revela-se como um processo simultâneo e contraditório, no cerne do processo de formação do capitalismo brasileiro. Intenta-se estabelecer uma reflexão acerca das formas objetivas e subjetivas de sua realização e apontamentos possíveis para a superação desta dualidade ao nível da vida cotidiana.

Palavras-chave:

Campo-cidade, vida cotidiana, trabalho, urbanização, população.

GT 03 – Crise e crítica: a urbanização contemporânea e os limites da reprodução social

Introdução

Pela primeira vez na história humana a população urbana se torna majoritária (DAVIS, 2006). Somos social e individualmente submetidos ao processo de *urbanização crítica*¹ onde quer que

1 “Considerando-se os limites da inserção, no mercado de trabalho, da força de trabalho disponível nas grandes cidades; considerando-se, também, como fundamento e base de desenvolvimento das cidades, como corpo cidadão ou na sua materialidade, a propriedade da terra capitalizada, que sustenta um amplo campo de negócios

estejamos, seja nas grandes metrópoles ou nos campos e florestas do mundo. Como consequência populações inteiras abandonaram, e continuam a abandonar seus lares e suas sociabilidades tradicionais em busca de novas formas de realização da vida em médias, grandes cidades, ou mesmo constituindo lavouras em novas áreas de expansão agrícola. A mobilidade do trabalho - que acompanha os ciclos de produção e de consumo que atendem aos lucros almejados por acionistas do setor financeiro (SANTOS, 2013. p. 99-132) - se torna um eixo central de análise quando se pensa nas formas atuais de reprodução do capitalismo. O que leva a pessoas, mulheres, homens, famílias inteiras, dentro de sua complexa diversidade, a migrarem de seus locais de origem, repletos de significado, para seguir rumo a uma outra realidade rural ou urbana que é ao mesmo tempo sedutora e desconhecida?

Observando, como professor, as representações encontradas nos livros didáticos para o Ensino Fundamental e Médio e o senso comum sobre o crescimento populacional nas cidades brasileiras, a explicação para este fenômeno aparece representada de maneira grosseira e simplificada: os antigos habitantes de núcleos rurais, sentindo-se atraídos pela grande oferta de empregos gerados pela industrialização nos grandes centros urbanos e em busca de uma melhor colocação profissional, partem – de boa vontade – para as grandes cidades para concorrer a uma vaga no mercado de trabalho, superlotando-as e causando todos os problemas sociais que estas possuem. O migrante, o favelado, o capira, o índio, o caiçara são, diretamente, os culpados pela crise urbana que se instaura.

Parto, portanto, do pressuposto que ao se deslocar espacialmente grande parte dos trabalhadores situam-se diante da crise do trabalho imanente ao desenvolvimento do capitalismo (GRESPLAN, 2012), sobrevivendo de maneira precária através de subempregos e bicos esporádicos. Mudar-se é largar para trás laços que nunca mais serão reconstruídos da mesma maneira. O migrante nunca se insere plenamente no local para o qual passa a viver e, ao mesmo tempo, nunca abandona de todo suas origens. Eis então que é preciso compreender a divisão campo-cidade como etapa inicial e primordial da divisão do trabalho², intensificada em tempos de crise global

urbanos, a urbanização em nosso país é crítica. A tentativa de reunir urbanização e industrialização num par coerente, sem fissuras, embora específico é insuficiente.

O que é a urbanização crítica? É a impossibilidade do urbano para todos, a não ser que se transformem radicalmente as bases da produção e da reprodução sociais.” DAMIANI, Amélia Luísa. *Urbanização crítica e situação geográfica*. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Geografias de São Paulo*. V. 1. Representação e crise da Metrópole. Contexto. 2015. p. 30.

² “A divisão do trabalho numa nação obriga em primeiro lugar à separação entre trabalho industrial e comercial e o trabalho agrícola; e como consequência, à separação entre a *cidade* e o *campo* e à oposição dos seus interesses.” ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. Presença. Lisboa. 1988. p. 20.

do modo de produção dominante, que amplia as taxas de exploração do trabalho no campo e na cidade, fenômeno que pode ser esmiuçado conceitualmente à partir da vida cotidiana.

No campo e na cidade, a imposição de trabalho degrada e submete à uma exploração do trabalho cada vez mais lesiva. Entre estes dois “polos” não há contradição alguma, mas, como diria Lefebvre (1978), a deterioração de ambos mediante a reprodução ampliada do modo de produção capitalista. Há que superar o campo e a cidade, o agrário e o urbano como formas autônomas de reprodução da sociedade e do cotidiano no modo de produção capitalista se quisermos superá-lo.

Agricultura capitalista e usos da terra no modo capitalista de produção

O modo de produção capitalista converte a agricultura de relação ou troca com a natureza em procedimento mecânico e científico (MARX, 2017); transforma agricultores em cultivadores do solo e em assalariados ao destituí-los da terra e de sua indústria doméstica (OLIVEIRA, 2002). Assim, quanto mais desenvolvida é a economia capitalista, maior é o seu esforço em destituir modos de vida auto-suficientes em economias de mercado, regidas pela exploração do trabalho, e que dependem da ruptura, geralmente brusca, entre comunidade e a terra. Para o capital, a terra é produto a ser consumido, transformando a natureza em mercadoria utilizando como pressuposto a propriedade privada da terra. A determinação do capital é a negação de outros modos de compreender a terra que não como mercadoria.

O capitalismo é urbano, e está produzindo o espaço à sua semelhança (como abstração) em todo o planeta, mesmo nas florestas mais densas, nas ilhas mais isoladas. (MARX, 2017). No entanto, as determinações do Capital não podem ser vistas como absolutas, tal um ser que paira acima das cabeças de mulheres e homens e, como uma divindade, conduz os destinos do mundo. O capital é somente um dos elementos – capital, terra e trabalho – desta relação social chamada capitalismo.

Todo ato de produção é simultaneamente um ato de consumo. Quando concebemos que a produção, para se realizar, também consome árvores, minérios, metais, riquezas naturais de maneira geral chegamos a compreensão de que há um consumo primário da terra que, em nosso modo de produção, gera capital, a ser reproduzido pelo trabalho das classes trabalhadoras no campo e na cidade em favor das elites urbanas que vivem nos grandes centros financeiros do Brasil (elites nacionais) e do mundo (corporações globais).

Quando, por exemplo, comunidades são impactadas por grandes projetos de mineração ou com garimpo ilegal, como os que se expandem pela Amazônia; ou quando do avanço do agronegócio sobre os territórios Guaraní-Kaiowa no Sul do Mato Grosso do Sul; ou mesmo quando há a expansão do porto de Paranaguá-PR para município de Pontal do Paraná-PR sobre a Terra Indígena Sambaqui (Guaraní-Mbya), entre outros, determinantes colocados pelo capital sediado em metrópoles como São Paulo-SP, forçam a ruptura de relações ancestrais com a terra, que por suas epistemologias próprias não podem conceber a terra como mercadoria, já que a vêem com uma criatura viva (LADEIRA, 2007; KRENAK, 2021). Mesmo longe da metrópole, os casos acima estão sofrendo uma mudança profunda em suas vidas gerada à partir do processo de urbanização.

Há um processo de gestão do cotidiano implantado pelo Estado e pelo capital que permite a reprodução da sociedade moderna, e para se realizar este necessita desestabilizar relações de troca com o ambiente em favor de uma relação de exploração do humano sobre a natureza (SEABRA, 2006). Há que se observar que uma imensa diversidade de povos e de modos de estar no mundo tem sido catalogados e observados por intelectuais a serviço das elites urbanas que, mesmo à esquerda, os enxerga a partir de seus próprios pressupostos construídos nos centros do capitalismo. Afinal, cabe-nos perguntar, onde se encaixa o indígena na teoria marxista ortodoxa? É trabalhador? É proletário? Camponês? Classe?

Contraposto a esta noção que entende a natureza como um algo separado a ser vencido e subjulgado, os periféricos no campo e na cidade constroem de maneira objetiva uma noção sobre a natureza que concebe o ambiente como um algo vivo, complexo e, também, subjetivo, permeado de relações sociais que se desenvolvem em torno de relações abstratas (e nem por isso menos importantes) como os afetos, a solidariedade, o trabalho comum. Camponeses, indígenas, quilombolas, caiçaras e outras populações humanas estabelecem um vínculo com a terra que até pode produzir algo com objetivos econômicos, já que não flutuam “fora” da economia capitalista, mas possuem um sentido de produzir que tem haver também com o uso da terra para fins comunitários, cosmológicos, sagrados e profanos, apresentando vínculos profundíssimos com diversas formas de ancestralidade. A terra, conforme podemos compreender nesta outra perspectiva é, também, “sujeito histórico” (T/TERRA, 2017).

O campesinato, por exemplo, surge em um contexto bastante anterior ao capitalismo e suas formas de propriedade são diversas deste modo de produção. Trata-se de uma forma de

sociabilidade e de trabalho típica da Europa feudal, constituindo um grupo social que, para existir, necessita estar preso à terra, mas que resiste e ao mesmo tempo se insere na economia capitalista moderna (MARTINS, 2010).

Não somente os camponeses, mas também aqueles que ainda possuem alguma autonomia em relação ao próprio trabalho, o cotidiano é estabelecido em torno dos tempos da natureza, dos tempos de trabalho e de ócio. Tem-se o Sol, a Lua, a duração dos dias e das noites, a alimentação dos animais, a migração dos pássaros, e o arado da terra como medidas para o tempo. Uma manhã de sono que prolonga-se por mais tempo, deixar um dia de Segunda-feira livre para ir ao mercado ou se divertir com os amigos e mesmo ampliar a jornada de trabalho noite adentro numa sexta-feira, e muitas outras formas de gestão do próprio trabalho tornam os tempos de trabalho e de ócio bastante flexíveis (THOMPSON, 2013)³.

O modo de produção capitalista, em sua busca de aumentar os lucros para a classe dominante, necessita libertar o camponês, o indígena, o caiçara da terra, torná-los livres dos meios de produção de sua própria existência e livres para circular em busca de trabalho.

Tal processo não se dá sem atropelos e resistências por parte dos mais pobres. Estes aprendem a lidar com o tempo normatizado para desviá-lo em seu favor: formam sindicatos e associações que lutam pela instituição de jornadas mais leves de trabalho, do direito a pausas e férias, de salários iguais para homens e mulheres, pela abolição do trabalho infantil, enfim, dos direitos trabalhistas mais básicos conquistados pela sua capacidade de, em determinados momentos, paralisar a produção e circulação de mercadorias (ENGELS, 2015).

No livro *A Ideologia Alemã*, a história se dividiria em uma “história da natureza” e uma “história humana”, que se condicionam mutuamente pela produção dos meios de vida das sociedades humanas. Para compreender este movimento é necessário compreender que o idealismo, sozinho, é abstrato, assim como o materialismo, isolado, é estático.

A dialética marxista supera a ambos na medida em que permite compreender o movimento concreto do modo de produção na luta de classes e na vida cotidiana da classe trabalhadora. “a

3 Thompson, a respeito ds camponeses na Inglaterra pré revolução industrial retrata o seguinte: “O sistema de trabalho em domicílio [*putting out system*] exigia muita busca, transporte e espera de materiais. O mau tempo podia prejudicar não só a agricultura, a construção e o transporte, mas também a tecelagem, pois as peças prontas tinham de ser estendidas sobre a rama para secar. Quando examinamos cada tarefa mais detalhadamente, ficamos surpresos com a multiplicidade de tarefas subsidiárias que o mesmo trabalhador ou grupo de família devia realizar numa única choupana ou oficina. Mesmo em oficinas maiores, os homens às vezes continuavam a realizar tarefas distintas nas suas bancadas ou teares, e – exceto quando o receio do desvio de materiais impunha uma supervisão mais rigorosa – demonstravam alguma flexibilidade no ir e vir.” THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Companhia das Letras. São Paulo. 2013. p. 280

transformação do mundo implica e pressupõe a interpretação correta deste mesmo mundo. A prática é fonte, impulso e sanção epistemológica da teoria.” (Op. Cit. p.XXXVII).

Assim, em tempos como os que vivemos, onde a natureza está cada vez mais no centro dos debates econômicos globais, é fundamental compreendermos esta não como separada, mas também como produto das ações e da produção material da sociedade de classes que vivemos. Para Marx e Engels (p. Cit.), o trabalho (relação entre valor-de-uso e valor-de-troca; ou o metabolismo entre sociedade e natureza) é o que nos faz humanos. Assim podemos compreender que produzimos a nossa própria humanidade enquanto produzimos a natureza e o espaço (LEFEBVRE, 2000).

Esta proposição nos trás diferentes e complexas questões. Seria o trabalho inerentemente humano e o que nos diferencia dos outros seres da chamada natureza? Sim e não. Sim pois nossa capacidade de produzir espaço – e natureza – cria também o modo como somos e vivemos em sociedade, sendo estas as relações econômicas que determinam o avanço técnico, a urbanização, etc. Não, pois o trabalho em geral não pode ser reduzido ao trabalho sob o capitalismo.

Nossa fisiologia (dedos opositores, etc.) se fez na medida em que íamos simultaneamente nos produzindo enquanto animal e humanos, produzindo a natureza que transformávamos e nos transformando junto a ela, da qual somos parte imanente. A divisão sexual do trabalho, por exemplo, forma as diferenças orgânicas (pêlos mais ou menos abundantes, tamanho, musculatura) e sociais (patriarcado, família, propriedade) das sociedades, inclusive a capitalista.

O corpo, portanto, seria uma construção das nossas relações sociais, estando aqui talvez a influência mais forte de Darwin em Marx. Mãos, pernas e dedos são frutos de nossa atividade no mundo e, sendo assim, a divisão do trabalho – seja ela sexual, por raça ou classe – vai conformar nossos corpos às atividades que desempenhamos. Um bom exemplo pode ser a divisão entre trabalho intelectual e braçal, que pode vir a desenvolver diferentes potencialidades e virtuosismos (capacidade de concentração e observação, força física e atenção, etc.) a depender dos indivíduos que realizam uma ou outra forma destes.

Talvez esteja na visão dualista entre espaço absoluto e relativo em Geografia algumas das simplificações mais danosas sobre o modo como interpretamos estes fenômenos, já que o próprio conceito de espaço geográfico está intimamente ligado ao sistema de trocas de

mercadorias e transformação dos ambientes. O espaço é valor-de-uso e valor-de-troca, simultaneamente (SEABRA, 1996).

Para o capitalista, que vê dualismo em tudo o que enxerga, é indiferente o que se produz. Milho, soja, trigo, petróleo ou alfinetes são somente meios para atingir o objetivo primordial da produção de mercadorias: o valor-de-troca. Para o trabalhador também é indiferente o fruto de seu trabalho, já que o processo de alienação (MARX, 2007) e o fetichismo da mercadoria (MARX, 2013) jogam sobre as condições de vida e trabalho a situação em que é a crença de que o salário, como forma necessária para a realização da vida, é o objetivo final do trabalho, independente do produto ou serviço que se esteja realizando.

A divisão social rural-urbano, com predomínio da cidade sobre o campo e a floresta é, portanto, um produto capitalista. Pensando modos de produção/vida camponês, indígena, caíçara, etc., que se colocam com relativa autonomia frente ao processo geral de proletarianização – no sentido que estes ainda possuem um controle, ainda que limitado, de sua própria força e tempo de trabalho e meios de produção –, são, de fato, um obstáculo ao processo de intensificação da espoliação do trabalho posta em pauta por grandes agentes e corporações capitalistas. Suas terras, seus corpos, sua subjetividade precisam se tornar mercadorias livres para circular, e para que este processo ocorra é necessário que os grupos mais pobres sejam destituídos de todo e qualquer meio de produção da própria existência.

Marx, na Teoria Moderna da Colonização, (Op. Cit. p. 835-46) dá a entender a impossibilidade de se realizar as relações de trabalho assalariado na reprodução do capital nas colônias da América, uma vez que haveria a abundância de terras disponíveis nas matas e campos recém conquistados. Logo, a escravidão negra e indígena nas colônias foi um momento necessário para a constituição do monopólio da terra aos capitalistas europeus, criando artificialmente a escassez da terra até que a propriedade privada estivesse consolidada nestes territórios. Tal momento produz uma massa empobrecida negra e indígena passível de ser proletarianizada, em condições muito inferiores à de um trabalhador europeu (p. 838-9).

O martinicano C.R.L James, em seu livro Os Jacobinos Negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos (2011), equivale os levantes de escravos (adicionaria aqui as revoltas indígenas) na América Latina e Caribe às revoltas e greves de trabalhadores europeus da época de Marx, uma vez que o trabalho realizado nas colônias era fundamental para a industrialização e acumulação de capital na Europa, mostrando inclusive que os negros

escravizados eram numericamente superiores aos trabalhadores fabris europeus no mesmo período. James chega a afirmar que a maior parte da economia francesa estava intimamente dependente da produção de suas colônias.

Portanto, a acumulação primitiva nos territórios colonizados se daria de uma maneira mais violenta, prolongada e profunda (MARX 2013. p. 240). Ao analisar a colonização, Marx não está analisando as colônias, mas o modo como o velho mundo europeu se realiza nelas (p. 844). Ainda assim, seu olhar é espacialmente determinado, já que observa o mundo desde o centro do capitalismo: a Europa. Cabe-nos vê-lo à partir de suas periferias.

Portanto, em um contexto em que o capitalismo, para existir, necessita da desarticulação de modos de vida baseados na coletividade e na solidariedade, movimentos sociais da cidade e do campo que lutam pela manutenção de seus modos de vida, pela não expropriação objetiva e subjetiva, pela desalienação e pelo direito à cidade são fundamentalmente necessários para uma análise e compreensão geográfica do campo e da cidade, pois se contrapõem aos fundamentos da reprodução ampliada do capital ao mesmo tempo do agronegócio e da urbanização. O problema do rural é simultaneamente o problema do urbano, e precisamos compreender esta questão visando a sua totalidade.

Sociedade, natureza e cotidiano nas periferias no litoral paranaense.

Em territórios colonizados, como o nosso, entender a reprodução do capital a partir dos seus aspectos econômicos é importante, mas não suficiente. A noção de cultura aqui deve ser encarada, também, como parte no processo de produção do Espaço e da Natureza. A região do litoral paranaense se mostra didática no sentido de que a urbanização que ocorre nestes municípios possui forte relação com o complexo portuário de Paranaguá, o maior porto graneleiro da América Latina e responsável pelo escoamento da maior parte dos grãos produzidos no país. As atividades econômicas dos municípios estão vinculadas à logística, estocagem, e escoamento de *commodities* através do porto.

Enquanto Curitiba se coloca como importante metrópole no Estado do Paraná, uma vez que lida com parte considerável do capital circulante, entre outros, da produção e comercialização de *commodities* das regiões Sul e Centro-Oeste do país, é através de Paranaguá e seu porto que a maior parte desta produção é escoada, o que gera uma renda importante para este município de

porte médio⁴, assim como para toda a região litorânea, formada pelos municípios de Guaraqueçaba, Antonina, Morretes, Pontal do Paraná e Guaratuba (Mapa 1).



Mapa 1: Mapa dos municípios do litoral paranaense. Fonte: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. *Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Paraná – Litoral*. Curitiba. 2017. p. 19.

A partir do complexo portuário de Paranaguá, se conduzem grandes obras e projetos de reordenamento espacial (rodovias, avenidas, pátio de containeres e estacionamento para caminhões, etc.) em todos os municípios da região do litoral paranaense, gerando a valorização da terra de acordo com cada novo projeto de reordenamento espacial à partir de grandes projetos de infra-estrutura.

4 “O Porto de Paranaguá, operado pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), localiza-se numa posição estratégica em relação às regiões Sudeste e Sul do País. A sua área de influência compreende o Estado do Paraná, Santa Catarina, Sul de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Paraguai, além de parte do Rio Grande do Sul e Argentina (GEIPOT, 1994a e Anuário Estatístico Portuário, 1995).” (BULHÕES, 1998).

Ao caminhar pelas ruas das periferias destas cidades, o que se observa são casas de madeira bastante simples, ruas sem asfalto, terrenos que inundam com as chuvas frequentes, enfim, a miséria em seus vários aspectos se materializa na paisagem, e é preciso descortinar este processo de um ponto de vista geográfico.

Existe aqui uma fração da classe trabalhadora que não consegue mais extrair da floresta, de seu roçado ou da pesca o sustento de suas famílias, já que proibidos de realizar o manejo tradicional de sua vida cotidiana pela legislação ambiental e pelos guardas florestais; e nem conseguiram se inserir em um emprego formal nas cidades, trabalhando de maneira informal e eventual no setor de turismo, como garçons e atendentes em bares e restaurantes na época de temporada do verão, sendo negados ao mesmo tempo por aquilo que chamamos de urbano e de agrário (COELHO, 2019; DANIEL, 2019).

Há na região aqueles que vivem em diversos tipos de comunidades agrícolas ou extrativistas, com suas sociabilidades tradicionais, tais como comunidades indígenas Guaraní M'bya (Ilha da Cotinga, Cerco Grande, Sambaqui do Guaraguaçu, Morro das Pacas e Kuaray Oguata); comunidades remanescentes de Quilombo (Batuva e Rio Verde), acampamentos de Reforma Agrária (José Lutzemberger), caiçaras, pescadores e cipozeiras (ITCG, 2009a; 2009b; 2013). A pobreza no litoral paranaense, como na constituição histórica do Brasil, tem cor, em geral, negra e indígena. Cabe-nos expor, de maneira resumida, ao menos parte destes conflitos por terra e território na região do litoral paranaense, a fim de melhor compreender os fenômenos expostos neste trabalho.

Caiçaras: o cotidiano entre o mar e a roça.

Denominam-se caiçaras as populações e comunidades tradicionais que habitam o litoral dos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, frutos do encontro entre indígenas e portugueses, em geral denominados de “caboclos”. Trata-se de uma cultura ligada ao mar, pelo peixe, e à terra, pela roça, que produz alimentos para a família e para comercializar, além da indústria doméstica de produção de farinha de mandioca. Os fazeres musicais, tal como o fandango, e a confecção e o comércio de instrumentos (rabeça, viola, entre outros), apresentações públicas e festas como a do divino constituem algumas das dinâmicas sociais e econômicas que produzem o espaço caiçara. A politização da identidade caiçara se inicia na região da Juréia, litoral Sul de

São Paulo, e vem para substituir a antiga designação de “caboclos”, convertendo o que se chamava de folclore em cultura (MARTINS, 2018).

O conhecimento sobre o mar é profundo, já que é produzido cotidianamente pelo navegar e pela pesca. Os caiçaras vivem em um ambiente em constante movimento e mudança, já que as dinâmicas entre o mar, a terra e o vento deslocam bancos de areia, as áreas de reprodução dos cardumes, o mar avança ou recua sobre ilhas, foz de rios, sobre as casas feitas em palafitas. O território caiçara é terra, mas também é mar, e ambos vivem em uma dança bonita e complexa de erosão e deposição, reconfigurando os elementos da paisagem e requerendo observação atenta e experimentações com cada um destes elementos (vento, marés, núvens, etc.) (COELHO, 2019).

A partir da década de 1960 inicia-se um processo, em curso, de criminalização das práticas caiçaras, entre outras, pela legislação ambiental, que passa a não permitir a coivara (queima de parte das matas para o plantio de roças), a construção de novas casas ou determinadas praticas tradicionais de pesca, como o arrastão e mesmo a repressão às festas de fandango (DANIEL, 2019). Por outro lado, enfrentam a concorrência da pesca industrial, realizada por grandes embarcações de empresas nacionais e estrangeiras; e os impactos dos danos ambientais causado pelo crescimento urbano derivado das expansões do complexo portuário de Paranaguá, que polui as águas e afeta de maneira direta a vida marinha. Para Adriana de Souza Lima, presidente da União dos Moradores da Juréia:

Acontece uma expulsão pelo cansaço porque o governo não veio e tirou cada um de uma vez, nem tirou todo mundo de uma vez só, mas foi tirando o direito de plantar, de pescar, da convivência, negou escola, tirou as estradas e caminhos. As pessoas começam a passar fome, necessidade. O Estado foi impedindo a liberdade que as comunidades tinham, foi fazendo com que nosso modo de vida deixasse de existir. (COELHO, 2019. p. 26)

Existe uma economia que permite a realização do cotidiano caiçara. Quando o pescador se vê privado do mar, produz-se a escacez que produz o pobre. É comum que muitas famílias destas comunidades passem, então, a exercer atividades ligadas ao turismo, atuando como guias, funcionários de pousadas e restaurantes, guardadores de carros, e mesmo em com pequenos comércios. Mas o empobrecimento destas comunidades também trás questões como a prostituição infantil, bastante freqüente nesta região portuária.

A pandemia de COVID-19 aprofundou estas contradições, deixando-as ainda mais agudas, já que as atividades ligadas ao turismo foram interrompidas. O alimento que antes era produzido

de maneira autônoma pelas comunidades caiçaras agora falta no prato daqueles que não podem mais pescar ou plantar. Mas as ações de combate à fome de Associações de moradores, como a da Vila Nova, em Matinhos-PR, em conjunto com o Acampamento Agroflorestal José Lutzemberger, em Antonina-PR, mostram que o avanço do capital não é determinante, e que desde baixo há a reconfiguração das relações sociais produzindo novas formas de solidariedade e de trabalho comum.

Considerações finais

O comum multiplica, a propriedade divide. Isto é mais profundo que mera expressão aritmética. A maneira como a agricultura brasileira hoje se insere na composição orgânica do capital a coloca em um papel de produzir e gerar valor para outros setores da economia capitalista (MARX, 2017). Neste sentido, o alimento se coloca como um elemento central da reprodução social. A forma como se produz, transporta e comercializam os alimentos, em uma economia altamente globalizada como a nossa, afeta populações no campo e na cidade, produzindo abundância e escassez distribuídas desigualmente pelo espaço (SMITH, 1988).

Pensando nisso, é preciso realizar uma análise dialética da produção da natureza sob o modo de produção capitalista à partir de um olhar relacional sobre a terra, o capital e o trabalho. Neste sentido, o Texto de Cindi Katz (1998), *Whose Nature, Whose Culture?: Private productions of space and the “preservation” of nature*, trás questões importantes para pensarmos que o que chamamos natureza nas sociedades ocidentais é fruto de uma ruptura epistemológica sobre este conceito que entende o natural como um outro do humano ocorre simultaneamente à separação brusca de comunidades com a terra em todo o planeta, encontrando “tópicos comuns entre a exploração da natureza e a exploração das pessoas.” (Op. Cit. p. 40).

Seabra (2003), por outro lado define que o trabalhador tem o seu tempo cindido em dois quando o processo de urbanização insere a ideologia do trabalho com mais força em comunidades antes autônomas:

a) tempo próprio: Tempo livre destinado ao ócio, em que se exercita a criatividade na confecção de bens necessários ou não, mas que auxiliam na reprodução social da comunidade e/ou do núcleo familiar. Trata-se de um “tempo de uso comum”, ou “tempo de ócio”; e

b) tempo social: tempo destinado ao trabalho abstrato, trocado por dinheiro que “compra” a sobrevivência do trabalhador e de seu núcleo familiar.

Quanto maior o *tempo social* em relação ao *tempo próprio*, menor é a autonomia do trabalhador em relação à mercadoria e ao dinheiro. Assim, há uma tendência em que trabalhadores passam a comprar o que antes produziam por conta própria e veem suas as novas gerações obrigadas a assumir a necessidade de trabalho de maneira integral. São eles que vão, desde muito cedo, abandonar a escola e os estudos para complementar a renda familiar. Esta mudança – drástica, veloz e violenta, como dito anteriormente – vai produzir estranhamentos e resistências.

Desta forma, opera-se uma separação entre comunidades e terra no mesmo momento que há a cisão entre humano e natureza, como elemento fundamental da constituição da propriedade privada da terra. Por isso, é fundamental uma leitura sobre a renda da terra em Marx (2017). Para ele, é necessária a ação do Estado como agente que viabiliza, através do ordenamento legal e obras de infra-estrutura, a exploração particular do que antes era coletivo, gerando lucros aos proprietários fundiários pela renda diferencial.

No livro III de *O Capital*, trata-se do Estado de Michigan, nos Estados Unidos, que apesar de não possuir os solos mais férteis do país, tinha uma rede fluvial apropriada para escoamento em massa da produção de grãos (*dayry e green belt*), provocando uma rápida valorização das terras e a corrida daqueles que possuíam capital para adquiri-las. É possível pensar este processo em relação a expansão atual do agronegócio do Brasil sentido as regiões da Amazônia e do Centro-Oeste e as obras de infra-estrutura (portos, ferrovias, rodovias, pátios de contêineres, etc.) e seus impactos profundos, por exemplo, nos municípios portuários, que apesar de distantes das áreas de produção da agroindústria, fazem parte da cadeia de escoamento destes produtos e sofrem efeitos em seus processos de urbanização e e expansão de infra-estruturas.

Desde a década de 1970 o Brasil se urbanizou, junto com a fome. A acumulação primitiva, que se repõe de maneira diferente em cada momento histórico e econômico, permite com que alguns acumulem riquezas enquanto outros, que antes possuíam autonomia em seus modos de produzir a própria existência, passam a não ter outra alternativa a vender sua força de trabalho.

Não se trata de uma separação natural ou divina, mas de um processo social extremamente violento, que liberta os trabalhadores ao mesmo tempo do cativo e dos instrumentos de trabalho, entre eles a terra (MARX, 2013). O capital, gerido na cidade, realiza uma força no sentido do aumento crescente da exploração do trabalho no campo, subjulgando-o ao processo de urbanização, já que quem detém o controle sobre a terra, adquire também o controle do trabalho e, em consequência, da intensidade – desigual – de sua exploração. No entanto, esta

força não é determinante. Em todo o planeta comunidades, em sua vida banal, cotidiana, se colocam simultaneamente como obstáculo e alternativa à produção capitalista do espaço, produzindo novas formas de continuar existindo e resistindo.

Bibliografia:

- BAITZ, Ricardo; DAMIANI, Amélia Luisa. *Atravessando a Geografia, Marx, Lefebvre e os situacionistas*. Editora Tiragem Livre. São Paulo. 2017.
- BARCELOS, E. *Geografia e grandes projetos: ecologia, política e economia capitalista de fronteira*. 2018. 559 p. Doutorado –Universidade Federal Fluminense, Niteroi, 2018. item II.3 - pp. 316-345.
- CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista ea transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.
- COELHO, Karina da Silva. *O GPS perde pra mim de longe! Cartopráticas e políticas caiçaras em navegação no mar de dentro*. Revista Entreprios – Revista do PPGANT -UFPI -Teresina • Vol. 2, n. 1. 2019.
- DAMIANI, Amélia. *População e Geografia*. Contexto. São Paulo. 2004.
- _____. *Urbanização crítica e situação geográfica*. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Geografias de São Paulo*. V. 1. Representação e crise da Metrópole. Contexto. 2015.
- DANIEL, Ary Fábio Giordani. *O Fandango Caiçara nos tempos da comunicação instantânea: Musicologia política ou etnografia do estado da arte?* Tese apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Música da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. 2019.
- DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. Boitempo. São Paulo. 2006.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. Presença. Lisboa. 1988.
- FOSTER, J. B. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005. p. 199-246
- GRESPLAN, Jorge. *O negativo do Capital*. Expressão Popular. São Paulo. 2012.
- Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do Paraná - ITCG. *Terras, e Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais*. Governo do Estado do Paraná. 2013.
- _____. *Presença Indígena no Estado do Paraná*. Governo do Estado do Paraná. 2009.
- _____. *Terras e Territórios Quilombolas, Indígenas e da Reforma Agrária no Estado do Paraná*. Governo do Estado do Paraná. 2009
- JAMES, C. R. L. James. *Os Jacobinos Negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. Boitempo. São Paulo. 2010.
- KATZ, C. "WHOSE Nature, Whose Culture? Private Productions Of Space And The Preservation Of Nature. In B. BRAUN AND N CASTREE (EDS.) *Remaking Reality: Nature At The Millennium*. Routledge, London, 1998, p. 46 – 64.
- KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. Companhia das letras. São Paulo. 2021.
- LABORATÓRIO DE ANTROPOLOGIAS DA T/TERRA (T/TERRA). *Revista EntreTerras*. PPGAS/DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS/ UNB. Brasília, V.1, N.1, Jun. 2017.
- LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. 4 ed. Paris: Anthropos, 2000.
- _____. *De lo Rural a lo Urbano*. Ediciones Península. 1978.
- _____. *O Vale de Campan: Estudo de Sociologia Rural*. Edusp. São Paulo. 2011.
- _____. *Rhythmanalysis: Space, time and Everyday Life*. Continuum. 2004.

- LADEIRA, Maria Inês. *O caminhar sob a luz: território Mbya à beira do oceano*. Editora UNESP. São Paulo. 2007.
- LUXEMBURG, Rosa. *A Acumulação do Capital*. Abril Cultural. Coleção Os Economistas. 1984. V. I
- _____. *A Acumulação do Capital*. Abril Cultural. Coleção Os Economistas. 1984. V. II
- MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. Contexto. São Paulo. 2010.
- MARTINS, Patrícia. *Pelas Cordas da Viola, nas Curvas da Rabeca: ima etnografia dos movimentos de fazer musical caiçara*. Tese de Doutorado defendida no PPGAS-UFSC. Florianópolis. 2018.
- _____. *O Capital*. Volume I. BOITEMPO. São Paulo. 2013.
- _____. *O Capital*. Volume III. BOITEMPO. São Paulo. 2014.
- _____. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1974.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*. São Paulo. FFLCH. 2007.
- PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 45. reimpr., São Paulo: Brasiliense. 1998.
- SANTOS, César Ricardo Simoni. *A nova centralidade da metrópole: da urbanização expandida à acumulação especificamente urbana*. Tese de Doutorado apresentada ao PPGH – FFLCH-USP. 2013. _____ *A fronteira urbana: Urbanização, industrialização e mercado imobiliário no Brasil*. Annablume. São Paulo.
- SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. 7ª edição." São Paulo: Edusp (2007).
- _____. *A Natureza do Espaço*. Edusp. São Paulo. 2012.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *Os Meandros dos Rios nos Meandros do Poder: Tietê e Pinheiros: Valorização dos Rios e das Várzeas na Cidade de São Paulo*. Tese de Doutorado defendida no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. 1987.
- _____. *Territórios de uso: cotidiano e modo de vida*. In: CIDADES. v. 1, n. 2, 2004
- _____. *Urbanização e fragmentação: Cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do bairro do Limão*. Tese de livre docência apresentada ao PPGH – FFLCH/USP. 2003.
- SMITH, N. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional*. Companhia das Letras. São Paulo. 2013.